

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: DA CONSTITUINTE AO PLANO COLLOR*

Ana Maria Fernandes**

Benício Viero Schmidt**

Maria Lucia Maciel**

RESUMO

A exposição de algumas análises resultantes da pesquisa Universidade, Ciência e Tecnologia na Constituinte e das políticas atuais em educação, ciência e tecnologia tem como eixo central a questão do "Estado Mínimo". Procura-se mostrar aqui, discutindo a questão do corporativismo e as interpretações brasileiras do "neo-liberalismo", uma linha de continuidade nas relações Estado/sociedade civil e nas conseqüentes possibilidades (e limites) da implementação de políticas públicas nessas áreas.

Introdução

No último período de governo (1985-90) as relações entre Estado e Sociedade Civil estiveram bastante determinadas pelo ambiente político gerado pela **Abertura Política**. Os partidos políticos existentes foram ultrapassados por extensivos movimentos sociais, ficaram acoplados a interesses de grupos corporativos e perderam a oportunidade de se distinguir como pólos relativamente autônomos de projetos políticos-sociais e econômico alternativos. Com exceção do PT (Partido dos Trabalhadores) esta foi a regra, e tem sido a marca das relações entre Estado e Sociedade Civil no Brasil contemporâneo.

Com o processo de constitucionalização (1986-88) essas características se ampliaram. A sociedade exerceu inusitada pressão direta sobre o Congresso Constituinte, fazendo aprovar uma constituição concessiva nos direitos formais da cidadania moderna e débil na sua capacidade de implementação.

* Este artigo apresenta alguns resultados parciais de pesquisa realizada com apoio do CNPq. Outros estudos serão publicados no próximo número de SOCIEDADE E ESTADO (Vol. 5, nº 2).

** Professores do Departamento de Sociologia da UnB e pesquisadores do Núcleo de Política Científica e Tecnológica/UnB.

Uma característica resultante desse contexto de relações é a exacerbação corporativa, que comanda a atual cena política. Neste sentido, como exemplo está a recente sindicalização dos servidores públicos (decorrência da nova Constituição), que tem levado ao fortalecimento da capacidade política de grupos funcionais à articulação de interesses acima dos partidos políticos existentes e ao comprometimento do funcionamento do próprio Estado. A falta de definição legal sobre "atividades dos trabalhadores em setores essenciais", aliada à mencionada exacerbação corporativa, fora de qualquer projeto político que encare a questão da gerência e finalidade dos serviços públicos em si mesmos, torna o quadro de relações muito complicado, de difícil solução negociável em uma perspectiva de tempo razoável.

Os **outputs** gerados pelo Estado, na perspectiva para realização de políticas públicas, são insatisfatórios de modo geral. A máquina administrativa carece de eficácia e o modo como as pressões sociais são encaminhadas exacerbadamente prejudicam a estruturação de um sistema eficiente e responsivo do Estado frente às demandas sociais. O desperdício e corrupção na execução de programas públicos são decorrentes corolários desta situação.

Como veremos adiante, as políticas para as áreas de Educação, Ciência e Tecnologia não escapam a esses comentários de ordem geral.

Constituinte: Conjunturas e Conciliação*

É possível, num exame sucinto da realidade brasileira, identificar uma série de fatores que dificultariam o trabalho de elaborar um novo texto Constitucional para o país. Esses não são, evidentemente, fatores surgidos repentinamente às vésperas da Constituinte, mas são a manifestação, naquele momento, do ponto a que haviam chegado processos históricos de industrialização acelerada, urbanização crescente, endividamento externo, crescimento da dívida interna, processo inflacionário, desgaste salarial.

O desenvolvimento desses processos em conjunto culminam em grave crise econômica que se expressa de forma dramática no fracasso do Plano Cruzado. Esta derrota parece ter resultado, principalmente, de pressões do setor financeiro sobre os setores produtivos (Schmidt, 1989:151) – conflito este que vai se refletir na relação de forças entre representantes dos dois setores na Assembleia: O desgaste do Plano Cruzado, praticamente revogado logo após as eleições de novembro de 1986, resulta em aceleração da inflação e arrocho fiscal além de revelar claramente à opinião pública a manobra eleitoral promovida pelo governo para garantir a defesa de seus interesses na Assembleia Nacional Constituinte.

Este último fato representa uma das interferências conjunturais na questão mais ampla da representatividade, discutida mais adiante. O problema aqui é que, mais uma vez, as eleições deixaram para segundo plano a questão das reformas institucionais e a campanha concentrou-se nos problemas econômi-

* Colaboraram os bolsistas Chrystine Triguelro, Ana Beatriz Magno e João Carlos Teixeira.

cos imediatos. A eleição da Constituinte poderia ter trazido para o debate público as questões fundamentais, mas sua coincidência com a crise do cruzado e com eleição para os governos estaduais submergiu a questão da institucionalização da democracia, influenciando, inevitavelmente, na composição da Assembléia Nacional Constituinte.

Mesmo depois de instalada a Assembléia Nacional Constituinte, os trabalhos organizavam-se em função do tom da campanha e da conjuntura econômica. Em vez de partir da formulação de um arcabouço institucional para a Nação, abriu-se às reivindicações e demandas econômicas particularistas e corporativistas de vários segmentos: tanto os que buscavam preservar posições vantajosas obtidas nos anos (ou década) anteriores, quanto os que pretendiam se ressarcir dos prejuízos (percebidos) acumulados. Em suma, a crise econômica reforça a dificuldade para satisfazer as expectativas de justiça social suscitadas pelo processo de democratização.

Esta questão aponta para mais um aspecto desse panorama brasileiro no período em questão. É que o processo de modernização e mudanças econômicas profundas alteraram, nos últimos cinquenta anos, a própria estrutura social, inclusive nos seus modos de organização e representação e nos padrões de comportamento dos grandes agregados sociais, tanto na área urbana quanto na rural.

Cresce o empresariado urbano, com destaque para pequenas e médias empresas, e multiplicam-se suas associações; o sindicalismo industrial afirma-se como força social ativa e altamente visível frente à opinião pública; há um sem-número de associações das classes médias e de profissionais liberais; e cresce, talvez mais que todos os outros setores, o sindicalismo rural – com a concomitante organização dos dos latifundiários resultará na criação da UDR – União Demorática Ruralista, extremamente ativa no período 87-88, tanto em pressões junto à Constituinte quanto em ações violentas no campo.

Este conjunto complexo e altamente problemático de elementos que compõem o quadro nacional em busca de uma moldura institucional adequada é agravado por um contexto político-institucional (em 86-87) de virtual paralisação do processo de transição democrática, concomitante a uma crise de governabilidade (Schmidt, 1987).

A crise econômica leva o governo Sarney – que é, em si, apenas um momento de uma transição demasiadamente longa – a agir contrariamente às aspirações democráticas: adota primeiro as decisões, investido do consenso da demanda por intervenção (Plano Cruzado), e depois busca apoio plebiscitário (eleições de 86). As disputas eleitorais desequilibraram a coalizção partidária de sustentação da Nova República, desencadeando prematuramente um processo sucessório – que pairou todo o tempo sobre a Assembléia Nacional Constituinte – e uma corrida aos postos de decisão que paralisavam o processo de transição e tolheram a ação do governo. Com base parlamentar frágil, não consegue sustentação política para uma política consistente de mais longo prazo: a crise econômica vai se agravando, continua a desestruturação da político-partidária, presa às demandas setoriais e acalentada no fisiologismo, é incapaz de propor políticas alternativas. Os partidos definem-se, neste contexto, apenas por funções eleitorais e para a administração de interesses de clientelas.

Acrescente-se a isto que a nossa transição, mais semelhante à da Espanha que à da Grécia não representa um colapso que emana de fatores principalmente externos, mas resulta de um processo interno – isto é, iniciado **de dentro** – acompanhado de fatores externos. Isto determina um alto grau de continuidade e de indefinição institucional, principais características da nossa transição.

Enquanto isso, tentativas de controle sobre o Executivo resvalam para um confronto simultâneo entre os parceiros da Aliança Democrática e entre Executivo e Legislativo. Nesse duplo jogo, o PMDB enfraquece a Presidência e a ação do Presidente resulta em maior fragilidade do partido majoritário, agravando-se a crise de governabilidade, paralisando o processo de transição e revelando à luz do dia a fragilidade de instituições democráticas/representativas na sociedade brasileira.

A questão mais ampla que parece ter dominado os debates conceituais, mais abstratos, em torno da elaboração constitucional quanto (explícita ou implicitamente) às negociações da e na Constituinte é a do papel do Estado na organização da sociedade. As configurações que o debate tomou emanam do contexto esboçado anteriormente e situam-se, ainda que de forma confusa e distorcida, no debate mundial em torno do neo-liberalismo.

Discutem-se, mundialmente, a crise do Keynesianismo ou do “Welfare State”, a chamada explosão de demandas sociais e a multiplicação de formas participativas/representativas extra-partidárias (Santos, 1986:20). Não se poderia imaginar que o Brasil ficasse impermeável a essa discussão, principalmente levando-se em conta o contexto social/econômico/político esboçado. Mas a aparente hegemonia do neo-liberalismo e a apologia do “Estado Mínimo” tornam-se, no Brasil, um “adereço legitimador, pelo prestígio, de práticas arbitrárias, diametralmente opostas aos valores que, em sua versão original, buscam justificar: autonomia da pessoa, universalidade da lei, cultura desinteressada, ética do trabalho” (Costa, 1990:4).

Não há dúvidas de que a condição básica das Constituições e instituições duradouras das democracias liberais foi um compromisso real quanto à distribuição social do poder. Este compromisso, aqui, não foi possível, devido a uma soma particular de razões históricas com o quadro conjuntural descrito. Ao invés, chegou-se mais próximo da “Conciliação” descrita por Michel Debrun (1983).

O liberalismo como princípio de organização da vida coletiva implicaria a defesa de uma Constituição que se limitasse a traçar o quadro geral da organização social, e não avançar na determinação concreta dos seus rumos. Nós liberais, porém, são outros, e operam a conciliação para a manutenção da dominação e das garantias de proteção estatal. O próprio liberalismo torna-se “inimigo” quando enfatiza em excesso o “princípio do mercado”.

A crise econômica do contexto 86-87 é um fator conjuntural que reforça as demandas históricas de parte do empresariado (a parte mais “prejudicada” pela crise) por defesa e proteção estatal. O que se observou na Constituinte não foi a hegemonia dos liberais (pouquíssimos) na direita ou no centro e sim o ressurgimento de uma direita conservadora que se manifestou claramente

neste sentido quanto à reforma agrária, reforma urbana, estabilidade dos trabalhadores, direitos das mulheres, etc.

Essas forças conservadoras traduziam a tendência "neo-liberalizante" internacional de acordo com os seus interesses, advogando a manutenção do Estado garantidor da atividade econômica privada pela doação de capital social controlado pelo Estado ao capital privado, preservando o acesso a créditos e subsídios estatais, e apenas secundariamente mantenedor de atividades sociais como educação, saúde e infra-estrutura (Schmidt, 1989).

As outras grandes questões colocadas à Constituinte decorrem em grande parte da que foi exposta acima, assim como suas respostas possíveis. Fábio Wanderley Reis explicitou uma delas ao definir a diferença entre democracia social e democracia política, perguntando se haveria, no Brasil, condições sociais para uma democracia política e, inversamente, condições políticas para a instituição de uma democracia social (Reis, 1986:23). Vimos que a tradução distorcida do liberalismo e do compromisso social, desviada ainda mais pela conjuntura econômica e política, não permitiria uma real distribuição social do poder.

A mobilização da sociedade civil nos anos 80 e o desenvolvimento das tensões sócio-econômicas permitiram um certo avanço no sentido da democracia política. Esta tornava-se necessária para assegurar a continuidade da estrutura de poder existente. Justamente por isso sua participação na relação de forças ainda não era suficiente para lhe permitir uma verdadeira autonomia face ao poder. Em outras palavras, não se atingiram as condições políticas para a instituição de uma democracia social.

O contexto político-econômico e o tratamento dado às principais questões pelos diversos grupos de interesses já indicam, de partida, a inevitabilidade do texto analítico que detalhasse o quinhão de cada um. Um texto analítico só pode mesmo refletir esse "pafs real" suscintamente descrito. O esboço de um "pafs ideal" só poderia ser traçado em outro quadro e em texto sintético que apenas adiantasse os grandes princípios da organização social.

Por esses fatores já traçados também não seria possível a existência de um texto prévio que servisse como ponto de partida. A tentativa da Comissão Afonso Arinos ficou apenas como símbolo do arremedo de "Convenção de Philadelphia", em nosso contexto, impossível.

A grande questão do papel do Estado e do "neo-liberalismo" defendido por parte do empresariado e de parlamentares a eles ligados passou por nuances e contradições várias devidas, por um lado, às próprias divisões internas do pesado "lobby" empresarial e, por outro, à composição heterogênea e ao comportamento fisiológico do grupo parlamentar que o representava.

O discurso aparentemente hegemônico que defendia o "Estado Mínimo", a abertura ao capital estrangeiro, a modernização das relações capital/trabalho e uma estrutura produtiva mais eficiente no campo se esfacelava diante dos interesses específicos dos diversos segmentos empresariais e das ambições pessoais de seus representantes na Assembléia Nacional Constituinte. Essa fragmentação era acirrada pelos trancos e barrancos da crise econômica e de governabilidade e das políticas econômicas desastrosas do Governo Sarney.

Assim, montavam-se e desfaziam-se eixos de negociação e alianças em

função de temas específicos. A defesa da abertura ao capital estrangeiro e da "desregulamentação" da economia era liderada pelo setor financeiro e pelo setor industrial multinacional, além do nacional a ele associado. A reserva de mercado colocava, num pólo, os empresários da área de informática (ABICOMP – Associação Brasileira das Indústrias de Computadores) como também de química fina e produtos farmacêuticos (ALANAC – Associação de Laboratórios Nacionais) e, no outro, o empresariado ligado ao capital estrangeiro e, principalmente, os exportadores, primeiros a sofrer com as retaliações do governo americano às políticas protecionistas brasileiras.

As Forças Armadas e a Igreja Católica também "flutuavam" entre partidos e ideologias diversas conforme o tema em pauta, participando, portanto, de forma diferenciada nos diversos eixos de negociação. Assim por exemplo, a Igreja apoiou os parlamentares ditos "progressistas" ou "de esquerda" na questão da Reforma Agrária, mas livrou uma batalha aguerrida ao lado dos grupos conservadores e privatistas na questão do ensino privado, defendendo suas escolas e as PUCs.

O eixo de interesses que coincidiam na articulação religião/educação/comunicação aproximou os "evangélicos" (40 parlamentares) do grupo apoiado pelas grandes empresas de comunicação (ABERT – Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão) cujo "lobby" mais forte e mais presente era liderado pela Rede Globo com apoio interno dos deputados Ângelo e Luís Eduardo Magalhães, respectivamente irmão e filho do Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães que, por sua vez, interferiu diretamente nos trabalhos constituintes nos momentos cruciais para o setor como também da Igreja Católica no caso da defesa das verbas públicas para o ensino privado, neste momento aliando-se também à FENEN – Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

Desta forma, nos temas por nós enfocados, as interferências nos resultados nem sempre vinham de atores diretamente ligados a esses temas (universidade, ciência e tecnologia), mas emanavam de alianças conjunturais de apoio a interesses economicamente poderosos. A aliança acima identificada interferiu no tema da ciência e tecnologia ao ponto de a respectiva Sub-Comissão (ciência, tecnologia e comunicação) e a Comissão Temática não conseguirem produzir relatórios finais, tumultuadas e impedidas que foram pelas pressões advindas da área de comunicação. O tema ciência foi praticamente ignorado e o da tecnologia relegado para segundo plano enquanto evangélicos e empresários da área de comunicação tentavam impedir mudanças nas regras para concessão de canais e o governo distribuía concessões em troca de posicionamentos favoráveis.

Enquanto isso, era a Comissão da Ordem Econômica que recebia as pressões a respeito (contra ou a favor) da reserva de mercado na informática e em outras áreas, conforme os eixos de negociação já delineados e tendo como representantes, de um lado, Roberto Campos, Delfim Neto e Francisco Dornelles e, do outro, principalmente o Senador Severo Gomes, relator da comissão.

Devido às diversas fragmentações no bloco do empresariado e no grupo parlamentar conservador, refletindo a pressão externa da opinião pública e da crise econômica e revelando a capacidade de articulação de alguns grupos

"progressistas", o texto que vai surgindo na Comissão de Sistematização na redação do Deputado Bernardo Cabral é interpretado pelas forças conservadoras como uma derrota. Em vista disso, e procurando modificar por qualquer meio o texto considerado perigoso, articula-se a frente parlamentar denominada "Centrão". Com apoio logístico e financeiro do empresariado, o "rolo compressor" do Centrão consegue até mesmo a alteração do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte visando a facilitar modificações com **quorum** garantido de 280 representantes da direita e centro-direita.

No final de 87, a truculência e o fisiologismo de alguns parlamentares do Centrão, aliados às declarações do Presidente da República e "ameaças veladas" de alguns militares, a imprensa começa a mencionar a "desestabilização" da Constituinte e a OAB acusa a UDR de fazer um discurso de "nuances golpistas".

A essa altura, implodiam as bases do PMDB e do PFL, alargava-se o racha nas relações Executivo/Legislativo e abriam-se brechas para a intromissão militar. Enquanto isso, parte do empresariado exigia eleições em 88 (ao final da Assembléia Nacional Constituinte), pela falta de credibilidade do Governo Sarney e por sua incapacidade de controlar a economia. Quem mais vociferava neste sentido era Ronaldo Caiado, líder da UDR. Havia um segmento pronunciando-se a favor do parlamentarismo, alguns advogando quatro anos de mandato, outros cinco.

Em 11 de novembro de 87 o porta-voz da Presidência anuncia que "o Presidente considerará pessoalmente rompido com ele e com o governo todos aqueles que votarem contra os cinco anos de mandato", o que seria considerado, ainda segundo o porta-voz, um "ato de hostilidade" e uma "declaração de guerra".

Apesar das pressões, a Comissão de Sistematização aprova os quatro anos para Sarney, imobilizando, por tabela, o empresariado e o Centrão. Outras táticas e outras conjunturas irão inverter o texto ao final do processo Constituinte.

Enquanto isso, os empresários do setor financeiro (FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos/FENABAN – Federação Nacional de Bancos), os ligados ao comércio exterior (AEB) e representantes de empresas multinacionais armam uma ofensiva verbal contra a Constituinte, que – segundo eles – nega o capitalismo moderno e a livre iniciativa e contra o Governo Sarney, criticando a recusa do Brasil em negociar com o FMI (o pagamento dos juros da dívida externa tinha sido suspenso em 20 de fevereiro daquele ano) e a paralisação governamental.

Apesar da intensa mobilização desses segmentos a Comissão de Sistematização vota a proteção ao mercado interno (68x10, com 1 abstenção), a autonomia da pesquisa (83x8, 1 abstenção) e a participação dos trabalhadores nos benefícios advindos da modernização tecnológica da empresa, entre outros pontos considerados "inaceitáveis" pelo empresariado e seus representantes no Congresso. Mais uma vez, é possível explicar o fato pelas conjunturas. No plano interno, os ataques do Executivo à Assembléia Nacional Constituinte e as matérias da imprensa que indicavam tentativas de "desestabilização da Constituinte" acirraram os ânimos e produziram uma reação de reafirmação da auto-

nomia da Assembléia; no plano externo, retaliações americanas às políticas protecionistas brasileiras, decididas no dia 13 de novembro por Ronald Reagan, estavam estampadas em grandes manchetes dos jornais no dia seguinte, em que se votava, justamente, a proteção ao mercado interno. A reação nacionalista às medidas americanas produziram o texto que Roberto Campos depois chamaria de xenófobo e retrógrado.

Essas questões não-resolvidas continuarão na origem dos impasses que se verificam em 1988. Fala-se ainda em golpe militar e na renúncia possível de Sarney, em função das pressões em favor do presidencialismo e do mandato de cinco anos. "Resolvidas" estas questões, em maio de 1988, o empresariado volta à carga nas questões que lhe interessam mais diretamente, cobrando os apoios dados.

Reproduzem-se os rachas nas fileiras do Centrão, seguindo as mesmas linhas verificadas em 87. Por outro lado, a intensa mobilização de empresários da indústria nacional de informática e fármacos (ABICOMP, ABINEE, ANALAC) aliados a cientistas e pesquisadores (SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e profissionais do setor (FNE – Federação Nacional dos Engenheiros) resulta no que a ABICOMP considera uma "vitória". Se considerarmos em conjunto o texto da Ordem Econômica e o do Capítulo de Ciência e Tecnologia, vemos que se chegou a um meio termo entre "xenofobia" e "entre-guismo" que, na correlação de forças em ação, representava de fato uma vitória para os grupos ditos de centro-esquerda nacionalistas.

Dentro do quadro geral da Constituinte examinado até agora, vemos que, quando traduzida na prática, a retórica brasileira da modernização não inclui o desenvolvimento científico e tecnológico, no qual estamos incluindo a questão da Universidade. Isto se aplica a praticamente todos os grupos de interesse que se manifestaram durante o processo Constituinte como também à grande maioria dos parlamentares. Constituem exceção apenas as categorias profissionais diretamente ligadas à produção de ciência e tecnologia e empresários das áreas de informática, química fina e biotecnologia, que constituem uma minoria do empresariado, tanto em termos numéricos quanto em termos de "poder de fogo".

"Modelo de desenvolvimento", "neo-liberalismo" e "papel do Estado" tornaram-se expressões retóricas para pronunciamentos da tribuna e à imprensa; negociava-se, na prática, a defesa dos interesses imediatos de cada um. Conjunções não apenas alteraram ou definiram os rumos dos temas em pauta, como também relegaram para segundo plano ou deslocaram totalmente do debate outras questões sérias da ordem institucional brasileira.

Constituinte, Associações Científicas e Ciência e Tecnologia*

Na análise do papel das associações científicas na definição de algumas propostas para a Constituição brasileira, o nosso foco de análise é a SBPC,

* Colabora nesta pesquisa o bolsista do PET/CAPES João Vicente R. B. da Costa Lima, aluno de graduação do Departamento de Sociologia, UnB.

pela sua tradição de **defesa** das questões relacionadas a ciência e tecnologia (C&T) e de questões mais amplas, tais como a ecologia, a questão indígena e a redemocratização do país. Como uma associação nacional e multidisciplinar, e das mais antigas no Brasil, a hipótese é de que tivesse tido um papel de liderança no movimento de associações científicas e profissionais, e se não teve dever-se-ia investigar que interesses foram mais fortes e mais mobilizadores e por que Ennio Candotti, atual presidente da SBPC, considera que ela influenciou na aprovação de um capítulo exemplar sobre meio ambiente, contribuiu no de educação, influiu naquele de ciência e tecnologia onde se fala, ao mesmo tempo, do papel da ciência básica e da política industrial¹.

O objetivo da pesquisa seria uma análise retrospectiva de como se articularam as diferentes associações com os partidos políticos, ou com representantes dos mesmos, para aprovação de suas propostas.

Recuperemos um pouco a história da atuação, tanto dos movimentos sociais (alguns deles podem ser caracterizados por organizações), quanto dos partidos políticos, e de suas relações, para entendê-los no momento do processo constituinte.

Os movimentos sociais urbanos ganham força e visibilidade no final da década de 70 e tinham uma grande **"desconfiança"** os partidos políticos:

A intensa atenção dedicada à sociedade "civil", em oposição à sociedade "política", não ocorreu sem alguns problemas estratégicos para a oposição democrática. Importantes segmentos da Igreja e do novo movimento dos trabalhadores – dois segmentos-chaves da sociedade civil – mostravam profunda desconfiança com relação a "intermediários" e "negociações" ... Os partidários dessa corrente ideológica inclinavam-se a desconfiar, profundamente, dos partidos políticos. Os políticos de oposição no Congresso, por sua vez, eram tidos como desacreditados, e poucos vínculos orgânicos se forjavam entre essas forças de oposição, cujos recursos ideológicos e materiais provinham da arena da sociedade civil, e aquelas forças de oposição cujos recursos e estilo de atuação estavam associados à arena da sociedade política³.

Isto é observável também na história da SBPC, uma desconfiança em relação aos políticos, e um certo receio de que eles utilizassem a mesma para fins politizantes, conforme depoimentos recebidos em 1984. Se os movimentos sociais, em geral, não utilizavam os partidos políticos para veicular suas demandas ao executivo, como intermediários, e os colocavam em segundo plano, esta posição repercutiu também no discurso acadêmico, segundo Stepan:

Já que a sociedade civil era a celebridade da abertura e o discurso predominante privilegiou a dicotomia sociedade civil versus Estado, tanto militantes como acadêmicos tenderam a diminuir o papel dos partidos, do Congresso e das eleições, e a "sociedade política" foi relativamente deixada de lado na literatura ...³

Com a redemocratização cabe perguntar se houve um fortalecimento

dos partidos políticos, como seria de se esperar, e uma melhoria de sua imagem. A aliança PMDB-PFL, teórica e praticamente, responsável pela gestão do período de transição, apresentou vários problemas: os partidos não se colocaram como gestores, não formularam um programa de governo e não se fortaleceram, a não ser em momentos específicos, como por exemplo, o PMDB no momento de sucesso do Plano Cruzado. Posteriormente, ele tenta desvincular sua imagem do executivo, principalmente da desgastada gestão do presidente Sarney.

Uma onda de desmoralização dos políticos e dos partidos políticos, ou de "desconfiança popular" começa a ganhar força⁴.

É importante verificar que percentagem dos parlamentares eleitos ainda representa os políticos tradicionais e que papel efetivo eles representam nos partidos. Quando se analisam os partidos políticos, análises post-facto demonstram que eles não possuem projetos, ou visões conjuntas, para a maioria dos questões tratadas pela Constituinte. No caso dos militares isso fica claro, conforme análise de Martins (1989), os militares estabeleceram um projeto e **lobbies** para determinar o lugar preciso para o grupo e a instituição na nova Carta, e os civis, os partidos políticos, não. O DIAP publicou uma avaliação dos votos dos parlamentares (por que não dos partidos?), sobre as questões relacionadas aos trabalhadores. Seria interessante uma análise da correlação de votos intrapartidária e extrapartidária e de suas discrepâncias.

Se os partidos políticos não tinham um "projeto para o Brasil" em nível constitucional, ou talvez nem mesmo para aspectos específicos deste Brasil, abriu-se um imenso espaço para a atuação dos "movimentos sociais organizados", especialmente nas fases das Subcomissões e das Comissões Temáticas, através tanto das emendas populares, quanto das audiências públicas. Nas Duas fases posteriores, as das Comissões de Sistematização e da votação (1º e 2º turno) em Plenário as possibilidades de atuação destes grupos foi bem menor, funcionando talvez apenas o **lobby** de bastidores. Uma exceção seria a atuação da UDR, que comandou a votação sobre a lei da reforma agrária no próprio Congresso.

O espaço aberto pelo próprio regulamento da Constituinte aos grupos organizados da sociedade civil, a ausência de projetos dos partidos políticos, o grau de organização destes grupos no período anterior da ditadura militar, explicariam, pelo menos em parte, o papel ativo que eles tiveram na definição de algumas propostas, ou os conflitos entre visões de mundo contraditórias, defendidas por diversos grupos, e os parlamentares, num primeiro momento, apenas como "receptores" ou intermediários destes interesses.

A nossa análise centra-se na atuação das associações científicas. Achemos importante incluir as associações profissionais, dado o papel ativo que várias delas tiveram durante a Constituinte, especialmente a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), que liderou o Movimento de Ciência e Tecnologia, e também a própria ANDES e UNE, se é que podemos considerá-las profissionais. Não pretendemos dar destaque às propostas dos órgãos estatais, como CNPq, Ministério ou Secretaria de Ciência e Tecnologia, apesar de estarmos analisando os depoimentos de seus representantes, principalmente nas audiências públicas. Propomos uma classificação destas associações em:

TABELA I
TIPOS DE ASSOCIAÇÕES

TIPO REPRESENTANTE	MAIS DE UMA DISCIPLINA	UMA DISCIPLINA
Científicas	SBPC	ABA/ANPED
Profissionais	ANDES, UNE	FNE

Supomos que as associações profissionais, representantes dos interesses de um setor específico, defenderam propostas mais circunscritas aos seus interesses imediatos e, contrariamente, associações profissionais ou científicas representantes de vários setores tiveram uma "visão" mais abrangente de um "modelo constitucional de sociedade". Mas é claro que um sistema classificatório empobrece a realidade e que a história explica mais a atuação destas associações. Supomos que por toda a história, por ex. da OAB, e mesmo da UNE, de combatividade, defesa dos diversos aspectos de uma sociedade democrática e justa, no caso da OAB, apesar de representar apenas advogados, e a UNE apenas estudantes, elas teriam tido uma capacidade de atuação mais ampla na Constituinte.

Na conjuntura específica em que a questão da informática assumiu um papel importante no Brasil, desde o regime militar, esta questão estava na ordem do dia, agora na luta pela regulamentação da reserva de mercado na Constituinte. Durante o regime militar, o projeto de informática, inicialmente desenvolvido por um grupo de "técnicos nacionalistas frustrados", foi mais tarde controlado pelos militares alienando assim aquele grupo. Posteriormente, os militares reincorporaram aqueles técnicos e buscaram um apoio mais amplo (Ver Fernandes, 1990, p. 274). A SBPC vinha apoiando este movimento desde o início da década de 80, mas foi a Federação Nacional de Engenheiros (FNE) que liderou o processo de defesa da reserva de mercado através do Movimento Ciência e Tecnologia, que reuniu mais de 60 entidades, principalmente de categorias profissionais.

Será interessante recuperar, numa análise retrospectiva, a atuação dos militares na questão de ciência e tecnologia, principalmente a parcela deste orçamento gasto por eles, que é significativa, e perguntar por que eles não se manifestaram publicamente sobre a questão durante a Constituinte. Eles tiveram outras formas de influência, ou não, tentaram influir ou não? Será importante incluir a questão da participação dos militares para os entrevistados, representantes das associações, e também incluir entrevistas com militares ligados à questão da ciência e da tecnologia.

O que a pesquisa procura levantar é o papel das associações científicas e profissionais na definição de propostas para a Constituinte, que tipos de propostas, que tipo de atuação elas tiveram, como elas se organizaram, que asso-

ciações lideraram o movimento, em que momentos específicos e em torno de que propostas. Estamos também analisando criticamente as propostas destas associações pois, numa primeira análise, consideramos que a proposta da SBPC coloca uma distinção entre ciência básica e ciência aplicada que é, no mínimo, problemática. A primeira seria universal e autônoma, e a segunda seria socialmente compromissada. Para isto, analisamos as propostas, as atas, depoimentos e também entrevistamos líderes destes movimentos.

Como fecho da pesquisa caberá o balanço do papel da Constituinte e da Constituição brasileira no processo de transição democrática, do papel dos movimentos populares e da sua relação com os partidos políticos, e dos resultados, ao nível de tendências, no fortalecimento ou não tanto da sociedade civil, quanto da sociedade política e do Estado no Brasil. É importante verificar as opiniões de vários analistas que, ao compararem a transição espanhola e brasileira, colocaram o processo de transição e constituinte brasileiro como de larguíssima duração, errático, duvidoso e até mesmo correndo o risco de uma morte lenta⁵, e procurar nestes dois processos o que houve de positivo para a consolidação e a vigência da democracia no Brasil.

Educação, Ciência e Tecnologia no "Brasil Novo"

No quadro de condições presentes na trajetória tentativa de implantação do Estado Mínimo na América Latina e no Brasil, de modo particular, são destacáveis algumas notas referidas à educação, ciência e tecnologia e a crise do Estado de Bem-Estar Social.

Tomada, geralmente, como suposto elemento central nas formulações desenvolvimentistas, no ciclo de crescimento econômico e diversificação social cognominado de "Estatal", a educação agora oferece oportunidade ímpar de avaliação.

Não somente seu papel como "fator dinâmico" do crescimento econômico, de acordo às teses do Capital Humano, está em jogo; como também o caráter público ou privado de sua provisão.

A atual conjuntura atravessada pelos países latino-americanos reforça desconfianças nos modelos presentes de investimentos sociais, como instrumentos efetivos de mudança social e ampliação das franquias democráticas. Neles, ainda que de forma extremamente diferenciada, a educação sempre compareceu como ingrediente de um discurso moderno e esperançoso no seu caráter redentor de condições sociais gravemente comprometedoras da cidadania efetiva.

Curiosa e paradoxalmente, é justamente quando a urbanização massiva da América Latina e um amplo processo de redemocratização político-formal avança que se lançam contra os marcos definitórios de uma "cidadania urbana e universalmente educada" as dúvidas frente às possibilidades de um Estado de Bem-Estar Social.

Tudo parece indicar que o ambiente e a cultura política, marcados pela razão instrumental instaurada nas ideologias dominantes de todo o subcontinente, questionam o papel funcional da educação. Muitas vezes este conteúdo não está diretamente explicitado pelos vários discursos; mas sem dúvidas torna-se

facilmente identificável nas próprias manifestações político-estatais. As referências são inúmeras e contraditórias: a ênfase retórica no "ensino fundamental", na "alfabetização de adultos", na "crítica à elitização do ensino superior", nos "gastos supérfluos com pesquisa básica inoperante", e assim por diante, estão a indicar uma tentativa de instrumentalização político-ideológica da matéria. Em verdade, trata-se de um movimento de flanco mais ambicioso, que visa a enfrentar os sintomas de profunda erosão do tecido social e de sentidos mesmo regressivos de indicadores sociais, através de uma retirada do Estado de funções já consagradas pela matriz Keynesiana do Welfare State.

Porém, frente a tais demonstrações de conexão de sentido desejada, é preciso destacar algumas dimensões a serem envolvidas no debate provocado pela presente conjuntura aparentemente transitória.

Isto diz respeito ao fato que a América Latina como um todo, e o Brasil de modo particular, atravessa uma transição política com forte crise de governabilidade (Schmidt, 1988, 1989, 1990). Os indicadores são fartamente conhecidos, os recursos para superar a situação dependem de muitos movimentos no âmbito do próprio Estado-Governo e a legitimação do trajeto, dadas as circunstâncias de precariedade cívica e organizacional, vão dependendo de verdadeiros "sistemas plebiscitários". As recentes eleições vão indicando a exacerbação de pressões sociais por atendimento de carências fundamentais e que, na falta de maior estabilização política e institucional, ajudam ao retorno de velhos moldes populistas. Nada mais atual que o roupão antigo e desgastado do clientelismo, do patrimonialismo e do populismo elevados aos píncaros de receita eficiente frente à crise de desarranjo econômico-social e desmanche do aparelho regulador estatal.

Esses traços políticos podem ser vistos como componentes de um quadro mais amplo, onde o que se busca é uma reorganização do Estado debaixo de uma hegemonia marcada pela presença de paradigmas do ESTADO MÍNIMO. Frente às implicações para o bem-estar social, a educação pode então ser encarada como política social, com um caráter tríplice:

- ideológico
- compensatório
- propulsor

O Caráter ideológico pode ser visto pela vasta literatura produzida sob o eixo da "educação como reprodução social". Além do conhecido é possível destacar que, na perspectiva ideológica do modelo de Welfare State a educação sempre funcionou como um referente de modernidade, trabalhando como um estruturado estruturante, a conferir sentido e expectativa de status e legitimidade à cidadania possível.

Ainda que raro, torna-se instigante verificar como a América Latina, através da retórica oligárquica e populista, sempre relacionou a educação às idéias de "cidadania moderna" e principalmente às concepções republicanas. Nelas o cidadão pleno era o que tinha algum acesso à educação formal. Desconsideradas políticas reais de administração pública, o importante é o realce abstrato transcendental da educação sobre a constituição política das sociedades. Comte (1788-1857) e Durkheim (1858-1917) se aliaram com as idéias que influíram grandemente sobre Sarmiento (1811-1888) e sobre as elites milita-

res, oligarquicas e populistas declamatórias da "educação como um direito universal". Ainda que a contemporaneidade do não-coetâneo seja o traço a unir os três autores citados, ela é a marca de consenso doutrinário que pesou fundo sobre as tradições políticas latino-americanas. Especialmente no alvorecer da fase de "regulação estatal" das sociedades nacionais, como indica a obra literária e ensaística de Sarmiento, antecedendo seu governo na Argentina.

De qualquer modo, ainda que pareça trivial, parece recomendável mencionar particularidades históricas desta natureza, pois outros itens de conteúdo político-social nunca tiveram consenso nem aproximado daquele referido à educação na América Latina. Sua presença pode funcionar, latente ou manifestamente, como um recurso de poder e moeda política arqueologicamente presente no percurso do subcontinente.

Sendo este um componente histórico na formação da pauta de um emergente Estado de Bem-Estar Social na América Latina, cabe destacar o caráter "compensatório", bem como o "propulsor" da educação como elemento de política social.

Aqui o texto de F. Oliveira (1988) sobre a produção do valor do anti-valor, oferece uma excelente síntese da problemática dos fundos públicos e de seus usos para a manutenção e expansão da ordem capitalista. Outras áreas de conhecimento, como os estudos urbanos, por exemplo, têm há muito explorado as relações do capital social (público e privado) que determinam as formas e a natureza da cidade capitalista. Oliveira destaca o caráter substantivo e essencial dos Fundos Públicos para a sobrevivência da sociedade capitalista através de sua expressão Keynesiana (Welfare State) ou de sua expressão pós-Keynes, onde há pressões imensas para a redefinição dos papéis e funções dos Fundos.

O debate e o argumento sintetizam com pertinência os dilemas do **Welfare State**, sua crise sistêmica e seus possíveis desdobramentos.

Partindo dos postulados que fundam o Welfare State, tendo os gastos sociais como elementos cruciais na determinação de políticas anti-cíclicas, Oliveira destaca o caráter segmentado do mercado produtor (oligopólico e concorrencial). Isso determina taxas de lucro relativamente diferenciadas, o que traz implicações para todas as derivadas de funcionamento do sistema, principalmente na estrutura de renda e salários, o que significa já estabelecimento de parâmetros para atuação compensatória estatal via política social.

É também destacada a segmentação do mercado de força de trabalho, com as mesmas consequências.

A existência dos Fundos Públicos, reconstituída desde as concepções de Capitalismo Monopolista de Estado, Excedente Social e Crise Fiscal do Estado (Boccarda, Swezy, O'Connor et al), é hoje fator fundamental na reprodução privada do capital. Isso na medida em que concorre para os subsídios diretos ao capital, bem como para fornecer os salários indiretos ao trabalhador. A expansão das bases materiais do sistema capitalista contemporâneo não seria possível sem este recurso estratégico.

Gastos sociais são de variados tipos, desde equipamentos de uso coletivo até eventuais inversões em ciência e tecnologia; dependendo, naturalmente, do caráter instrumentalizado de qualquer dos programas.

Todavia, ao nível das determinações mais gerais, é importante sublinhar que Oliveira reafirma o papel estratégico das "classes médias", portadoras de altos status educacionais, na constituição de uma verdadeira esfera pública. A exemplo do argumento dialógico de Habermas para a construção de uma esfera pública distinta e autónoma dos vários agentes sociais portadores de códigos linguísticos elaborados, as classes médias seriam as encarregadas de gestão dos Fundos Públicos, base material da esfera pública.

Nesta ESFERA PÚBLICA haveria alteridade, reconhecimento e negociação das diferenças sociais frente aos distintos usos do capital excedente (sua natureza e quantidade). As classes médias, através do recurso à educação, estariam habilitadas à gestão relativamente autónoma dos recursos. Neste sentido (mais um ...) os Fundos Públicos seriam absolutamente necessários para a existência do sistema; requerendo-se assim a existência de uma esfera pública com um Estado atuante.

Portanto, a realização plena das forças de mercado exige uma forte presença estatal, uma esfera pública, classes médias que operem as complexas relações sociais de produção emergentes do contexto atual. A EDUCAÇÃO surge como indispensável elemento de política social, seja como fator compensatório de desequilíbrios sociais, seja como elemento propulsor de crescimento do capital.

O papel do Estado como provedor direto, como fornecedor de subsídios e outras formas de provisão indireta, ou de regulador de atividades setoriais não-estatais, depende de conjunturas determinadas por alianças políticas e seus desenlaces. Formal e materialmente, a constituição de uma esfera pública exige a presença estatal.

Sob o ponto de vista teórico, fica ressaltado o caráter necessário dos Fundos Públicos na reprodução privada no circuito de acumulação do Capital; lembrando Oliveira, a luta pela hegemonia de suas funções exclusivamente ligadas ao capital propriamente dito, em detrimento do fator trabalho (salários indiretos, bens de uso coletivo, condições gerais de reprodução, etc.).

Outra literatura, ligada à área de produção de ciência e tecnologia, refere o debate sobre o ESTADO MÍNIMO como uma "tentativa de novas formas de intervenção estatal", não de retirada pura e simples. Neste campo o debate fundamental não está sobre as conquistas da ciência e tecnologia (pesquisa básica, pesquisa aplicada, etc.) e suas implicações aos níveis mais abstratos. Ele está referido às recentes conquistas na articulação entre produção científica e inovações tecnológicas.

A partir de Salomon (1989) isso fica claro, na média em que três fatores são combinados:

- aceleração notável dos avanços em C&T;
- desigual nível de aceleração setorial;
- a crise dos anos 70, com deseconomias e contratempos advindos da crise do petróleo, da estagflação e do aumento vertiginoso da concorrência internacional.

Neste contexto, o discurso do "Estado Mínimo" confunde os novos papéis que o Estado tem de desempenhar. A confusão ocorre, sistematicamente, na América Latina. Falta de uma cultura política e burocrática mais densa (ex-

ção do Brasil, nesse aspecto), falta de tradição da esquerda em tratar do campo emergente, simplismo dos conservadores, imediatismo do Estado. Todas são razões que alimentam sobretudo a debilidade e o alcance do debate.

No que tange à articulação das inovações tecnológicas os Neo-Schumpeterianos fazem uma estreita associação empírica (convincente) entre elas e a teoria dos ciclos econômicos – que implica a criação de novas estruturas de gestão, levando em conta a alteração de tecnologias e alteração no funcionamento dos mercados.

Diante da crise (modos de regulação x paradigmas tecnológicos) o Estado tem um papel fundamental; contra a difusão neo-liberal do absentismo estatal como único caminho realmente recomendável. Há abundante literatura sobre a matéria, onde a educação renovada pelos impactos das novas tecnologias exige alto grau de especialização no tocante às tarefas de inovações sócio-institucionais. Aqui a educação não diz respeito à conhecida relação com os avanços tecnológicos simplesmente, mas com seu trajeto de difusão e implantação de novas relações sociais de produção.

O papel do Estado, via difusão dos conhecimentos pelo sistema educacional e pelos modos de regulação, é crucial neste quadro através de duas medidas políticas permanentes e necessárias: a) reavaliação das políticas de Ciência e Tecnologia e, b) reexame do papel da tecnologia na superação das crises (Balduino, 1990).

No contexto conjuntural brasileiro, isso conclama a um choque pela razão. O investimento em educação é justificado em função das grandes linhas humanistas (ensino básico, alfabetização de adultos, etc.) e em programas de desenvolvimento em ciência e tecnologia. A articulação das políticas propostas com a inovação sócio-institucional é jogada para ser resolvida pelas forças do “mercado” (público e privado).

Um exemplo claro disto é o Programa Nacional de Capacitação Tecnológica, lançado pelo Governo Federal em setembro deste ano. Afora a tendência privatista da orientação, o que está de pleno acordo com a hegemonia ideológica, o que chama a atenção é o recurso ao automatismo das soluções que “deverão ser encontradas” entre empresários e os centros produtores de conhecimento.

Todo o avanço obtido no seio da OCDE, por exemplo, é subestimado ao extremo, em função de uma meta programática baseada no Estado Mínimo.

Todavia, o contexto de avanços tecnológicos e de retomada do crescimento econômico exigem novas formas de regulação sócio-estatal; onde estruturas fundamentalmente ligadas à otimização dos fundos públicos e manutenção da representatividade social das políticas (que afetam rendas, salários, estrutura de ocupações, etc.) são requisitos essenciais. E tudo isto exige a presença do Estado.

Também nesse aspecto o Governo brasileiro faz desaparecer a avaliação de políticas de incremento tecnológico, tendo em vista deficiências educacionais e crise fiscal afetando países como a Inglaterra (Fernandes, 1990).

Nesse sentido, há a reafirmação da educação como “abstrato universal” redentor das mazelas sofridas pelo gênero humano, bem como elemento fundador da nova ordem paradisíaca aberta pelos insumos científicos e tecnológicos.

Provavelmente, há mais correlação entre posições oficiais (de direita?) desta natureza com as posições humanistas (de esquerda?) de muitos centros de ciências sociais.

A crise de bem-estar social no Brasil não está somente determinada pelo atual estágio de indicadores cruciais, mas sim também pelas formas assumidas pela regulação emergente nos respectivos campos. A educação é um destes campos privilegiados de operação dos instrumentos de política social. Sobre ele pesam os novos desenvolvimentos possíveis oferecidos pelas inovações tecnológicas.

Entre estes dilemas a serem enfrentados estão os eixos que determinam – ao nível da grande política – as orientações básicas do Estado de Bem-Estar:

- Welfare Estatizado
- Consumo Privatizado

Sendo a educação um bem de características sociais por excelência, fica a questão, na medida em que o corpo dos cidadãos pode perfeitamente vir a optar por diferentes formas (controladas pela regulação capitalista) de percepção do bem em determinadas condições.

O que essas notas pretendem é simplesmente agregar algumas preocupações resultantes de uma larga pesquisa sobre as políticas de bem-estar social comparada na Europa e América Latina, e que tem na educação um dos seus campos contemplados. Além disto, ficam algumas notações sobre os dilemas a serem enfrentados pela educação em um contexto de abertura à rápida inovação tecnológica e profundo debate sobre os usos dos Fundos Públicos. Matérias centrais ao debate sobre o neo-liberalismo aspirante à hegemonia política e cultural.

NOTAS

¹ Candotti, Ennio. "Prefácio" in Fernandes, Ana M. A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC. Brasília: Editora da UnB/CNPq/ANPOCS, 1990.

² Stepan, Alfred. Os Militares: Da Abertura à Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, 2ª edição, p. 11.

³ Stepan, Alfred. Os Militares: Da Abertura à Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, 2ª edição, p. 13.

⁴ Ver Moisés, J. A. "Dilemas da Consolidação Democrática no Brasil", em coletânea do mesmo nome, op. cit., pp. 159 a 170.

⁵ Ver a coletânea citada, principalmente os textos dos seguintes autores: Paramio, Martins e O'Donnell, e também Przeworski que enfatiza principalmente a questão da democracia tutelada pelos militares, aspecto que considero importantíssimo e do qual podemos observar diariamente sinais de instabilidade.

BIBLIOGRAFIA

- BALDUINO, L. A. (1990) "Políticas de Inovação: um novo conceito de intervenção do Estado nos países de capitalismo avançado". UnB: Departamento de Sociologia, mimeo, 1990.
- COSTA, Tarcsio L. F. (1990) "Uma Cartola na Senegâmbia". SOCIEDADE E ESTADO, Vol. V, nº 1.
- DEBRUN, Michel (1983). **A Conciliação e Outras Estratégias**. São Paulo: Brasiliense.
- FERNANDES, Ana Maria. (1990) **A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília: EDUnB/CNPq/ANPOCS.
- _____. "Avaliação da política industrial e de comércio exterior, apoio à capacitação tecnológica da indústria". UnB: Departamento de Sociologia, mimeo.
- MACIEL, M. L. e Mendes, M. I. (1987) "Ciência e Tecnologia na Constituinte". Cadernos CEAC nº 1, UnB.
- MACIEL, M. L. e Pinheiro; M. F. (1988) "Ciência e Universidade". Cadernos CEAC nº 2.
- MICHILES, Carlos. (1989) **Democracia e Participação Popular: As Emandas Populares na Constituinte de 1987/88**. Tese de Mestrado. UnB: Departamento de Ciência Política, mimeo.
- MOISÉS, J. A. e ALBUQUERQUE, J. A. G. (orgs.). (1989) **Dilemas da Consolidação Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- OLIVEIRA, Francisco. (1988) "O Surgimento do Antivalor". **Novos Estudos do CEBRAP, nº 22, Out.**
- REIS, Fábio W. (1986). "Constituição, Pacto e Poder". **Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 1, ANPOCS.**
- SALOMON, J. J. (1989) "Les Politiques d'Innovation en Europe". **Futuribles, maio.**
- SANTOS, Wanderley G. (1986). "Transição em Resumo: Do Passado Recente ao Futuro Imediato". **Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 1, ANPOCS.**
- SCHMIDT, Benício V. (1987). "Transição Política e Crise de Governabilidade". **Cadernos CEAC, nº 2.**
- (1989). "Política Social e Transição Democrática". in A. S. Moura (org.). **O Estado e as Políticas Públicas na Transição Demográfica**. São Paulo: Vértice/Recife: Fundação Joaquim Nabuco.
- STEPAN, Alfred. (1986) **Os Militares: Da Abertura à Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição.
- TAYLOR-GOOBY, Peter. (1989) "Current Developments in the Sociology of Welfare". *The British Journal of Sociology*, XL, no. 4.
- VIANNA, L. Werneck (1989). **A Transição: Da Constituinte à Sucessão Presidencial**. Rio de Janeiro: Revan.
- WEFFORT, Francisco (1988). "Dilemas da Legitimidade Política". **Lua Nova, nº 15, outubro.**
- s.a. (1988). "A Transição Política: Necessidade e Limites da Negociação". Relatório final do Simpósio USP sobre transição política em junho, 1987. **Lua Nova, nº 14, abr./jun.**

ABSTRACT

Education, science and technology:
From the Constitution to the Collor Plan

Analyses resulting from the research project on The University, Science and Technology in the Constituent Assembly and from the study of present policies in education, science and technology take as their central theme the issue of "Less State". This article proposes to show, through the discussion of corporatism and "neo-liberalism" in Brazil, a line of continuity in the last few years with respect to relations between the State and civil society, and the resulting possibilities (and limits) of public policies for these sectors in Brazil.

RESUME

Education, science et technologie:
De la Constitution au Plan Collor

La présentation de quelques analyses qui résultent du projet de recherche sur L'Université, Science et Technologie dans l'Assemblée Constituante et de recherches sur les politiques actuelles en éducation, science et technologie débouchent sur la question de "l'Etat Minimum". L'article cherche à montrer, par la discussion du corporatisme et du "néo-libéralisme" brésiliens, une ligne de continuité en ce qui concerne les rapports Etat/société civile et les conséquences en termes de possibilités et limites des politiques publiques pour ces secteurs au Brésil.